

ACERTO EXTERNO

Governo brasileiro analisa a contraproposta dos bancos credores

por Maria Clara R.M. do Prado de Brasília

Os bancos credores privados colocaram na semana passada ao negociador da dívida externa, Pedro Malan, sua posição com relação aos avanços que o País havia apresentado ao comitê assessor da dívida externa brasileira, no início deste mês. Na sexta-feira, Malan encontrava-se em Washington, depois de ter conversado com os bancos em Nova York, e disse a este jornal que o governo brasileiro dedicará os próximos dias a analisar a contraproposta dos bancos.

Basicamente, o que o comitê colocou na mesa de negociações a título de discussão — “o documento apresentado pelos bancos indica logo no cabeçalho

que tem por objetivo somente a discussão”, conforme frisou Malan — envolve a questão do “enhancement” (garantias) e “formas de implementação de alternativas”. O negociador quer dizer que os bancos propuseram novas combinações entre “enhancement” e condições de pagamento (juros e amortização) envolvendo os diferentes instrumentos de securitização da dívida externa que estão sendo objetivo de entendimento. As negociações referem-se a US\$ 49 bilhões (sendo US\$ 6,5 bilhões de dívida junto a bancos brasileiros no exterior e os restantes US\$ 42,5 bilhões junto a bancos internacionais) e a expectativa de Malan é de que as negociações sejam retomadas no próximo mês.

Antes, porém, o negociador pretende vir a Brasília — sua chegada está prevista para o dia 6 de janeiro — para avaliar com o ministro da Economia, Marçílio Marques Moreira, e o presidente do Banco Central, Francisco Roberto André Gros, as colocações apresentadas pelos bancos credores na semana passada e definir a posição brasileira frente às novas sugestões levadas à mesa de negociações. “Nós continuamos conversando e o que nos foi posto pelos bancos, em reunião cordial de fim de ano, não foram exigências e nem imposições”, fez questão de deixar claro.

Malan atestou que a decisão recentemente tomada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de estender até o final do primeiro

trimestre do ano que vem a regra que limita a 30% dos juros correntes os pagamentos aos bancos credores externos ajuda o processo de negociações nos próximos meses. Ainda não se definiu que solução dar aos 70% de juros vencidos em 1991 e não pagos e, ainda, aos juros que vencem em 1992.

De todo modo, esperam-se progressos no campo do acordo externo em janeiro, quando o governo pretende retomar e não só dar andamento às conversas com os bancos, mas deixar preparado o caminho para o futuro processo de negociação com os credores oficiais do Clube de Paris, com os quais o País pretende refinanciar uma dívida calculada em torno de US\$ 22 bilhões.